



PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 03.2025 – VÁRIOS CARGOS – 2ª APLICAÇÃO

MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO – MANHÃ

CARGOS: 211 – AGENTE DE TRÂNSITO, 212 – AGENTE MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, 213 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, 214 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 215 – AUXILIAR DE BIBLIOTECA, 216 – DESENHISTA, 217 – FISCAL DE POSTURA, 218 – FISCAL SANITÁRIO, 220 – SECRETÁRIO E 221 – SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 2

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. No texto, sobre a primeira reação do personagem, é dito que “ficou parado diante da janela com um misto de repulsa, curiosidade científica e um certo ciúme”, sendo assim, a alternativa B não pode estar correta, já que, de início, o personagem sente repulsa e não considera a cena poética de pronto. Por sua vez, a proposição D está correta já que, mesmo que hipotética, “um telhado resistente, um pouco de equilíbrio e coragem para desafiar, ao menos, a gravidade” são elementos colocados como soluções para o problema “onde foi que os casais humanos se perderam?”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 3

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. No parágrafo “De repente, ele imaginou levar sua esposa a uma palestra motivacional sobre a sexualidade dos urubus. Algo com o tema: “A paixão além da carniça: como manter o fogo vivo no relacionamento”. Não tinha certeza se ela daria cinco minutos de atenção, mas talvez ficasse motivada com o bufê” fica claro que o personagem gostaria de levar sua mulher a agir de forma a reavivarem o fogo do relacionamento. Facilmente entende-se que ele está descontente com sua relação com a esposa e quer corrigir a conduta dela ao levá-la a um evento sobre o assunto.

Ainda que a crônica proponha uma reflexão abrangente sobre os casais humanos, isso se concretiza para o personagem na sua relação com a esposa, que gostaria que tivesse uma conduta diferente.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 6

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “A” para “D”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 6, alterando o seu gabarito de “A” para “D”.

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O trecho citado pelo candidato não faz referência ao que se pede na questão. Os dois primeiros pares de vírgula se referem a “Ele, homem discreto, apenas pigarreou, como quem pede licença para assistir à natureza.”. No primeiro caso, “homem discreto” é aposto, já que explica quem é esse “ele” e, no segundo, “como quem pede licença para assistir à natureza” há uma oração subordinada adverbial que modifica o verbo “pigarreou”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 10

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. No caso da expressão “português à Camões” a crase é obrigatória porque entende-se que a expressão completa seria “português à moda de Camões”. Sendo “moda” palavra feminina, a crase se faz necessária.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



RACIOCÍNIO LÓGICO (QUESTÃO COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois a expressão “em uma urna para uma única pessoa” não apresenta cacofonia capaz de comprometer a compreensão nem produz ambiguidade semântica.

A leitura do trecho, mesmo considerando eventuais escolhas de fonte, não induz a erro, pois os termos “urna” e “uma” possuem funções gramaticais distintas e são facilmente reconhecidos pelo contexto – o primeiro é substantivo, o segundo é artigo indefinido.

Além disso, o sentido do enunciado permanece claro e inequívoco, descrevendo perfeitamente a situação probabilística: três livros serão sorteados de uma urna, destinados a uma única pessoa.

Em suma, não há prejuízo ao candidato, tampouco violação aos princípios de clareza ou precisão exigidos em provas de raciocínio lógico.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois o objeto (pedido) na referida questão é texto constante no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de Jarinu, e no mesmo consta o seguinte artigo: “Art. 51. No prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da publicação referida no artigo 50, poderá o candidato requerer à comissão organizadora a revisão das notas atribuídas às provas e aos títulos”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois o candidato deveria escolher a melhor alternativa que se encaixa como resposta para o comando indicado na questão. Logo, quando se é perguntado na questão: “24. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jarinu, o número de vereadores será fixado pela câmara municipal, observando-se os limites estabelecidos na Constituição Federal, além disso, será levado em consideração o número de habitantes fornecido pelo IBGE, o candidato deveria assinalar a alternativa que apresentasse o número correto de habitantes, caso sejam fixados nove vereadores”.

No caso em tela, após analisar todas as alternativas, deveria escolher a mais próxima ou a exata, desse modo, conforme consta na Lei Orgânica do Município de Jarinu, artigo 11, § 2º, inciso, que diz: “I - até 10.000 habitantes - nove vereadores”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

211 – AGENTE DE TRÂNSITO

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois não há duplicidade de respostas nas alternativas “B” e “C” porque o artigo 54 do CTB versa o seguinte:

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

- I - utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;
- II - segurando o guidom com as duas mãos;
- III - usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

Assim, o motociclista deve utilizar vestuário de proteção, seja ele um equipamento de proteção ou vestimenta, conforme especificações do CONTRAN. A questão aborda o tema exatamente conforme consta na legislação, onde não é citada a vestimenta especificamente, ou seja, roupa escura e embrorrada. A alternativa “C” é a única que está completamente fora do que consta no artigo.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois o § 1º, do artigo 61, do CTB versa o seguinte:

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: (...)

II - nas vias rurais:

a) nas rodovias de **pista dupla**:

1. **110 km/h (cento e dez quilômetros por hora) para automóveis, camionetas, caminhonetes e motocicletas;**

2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos;

b) nas rodovias de **pista simples**:

1. **100 km/h (cem quilômetros por hora) para automóveis, camionetas, caminhonetes e motocicletas;**

2. 90 km/h (noventa quilômetros por hora) para os demais veículos;

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois o candidato não apresenta argumento de recurso. Conforme afirmado pelo candidato, a idade mínima é 18 anos completos, mas o CTB não estabelece um limite máximo para se obter a CNH ou renová-la. Neste caso, a única alternativa que apresenta uma exigência não existente é a "C".

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois tanto a questão quanto o artigo 148-A do CTB são claros em especificar que os condutores das categorias C, D e E deverão apresentar exame toxicológico negativo para obter ou renovar a CNH. O enunciado da questão não limita a idade inferior de 70 anos, abrangendo, assim, a regra geral prevista em lei:

Art. 148-A. Os condutores das categorias C, D e E deverão comprovar resultado negativo em exame toxicológico para a obtenção e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois a questão apresentou o seguinte enunciado: *"Transitar com o veículo cuja carga é superior aos limites estabelecidos legalmente ou pela sinalização, sem autorização"*.

Veja os institutos jurídicos distintos previstos no CTB:

O inciso IV refere-se à **carga em sentido amplo** (dimensões físicas da carga), exige menção expressa **"sem autorização"** e tem natureza **GRAVE**, com possibilidade de AET (Autorização Especial de Trânsito).

Já o inciso V refere-se especificamente ao peso do veículo, seja ele de carga, passageiro, modificação, e não menciona "sem autorização". A natureza é **MÉDIA** e prevê multa progressiva por faixa de peso excedente.

Como diferencial técnico, o inciso IV do artigo 231 do CTB expressamente menciona **"sem autorização"**, referindo-se à AET (Autorização Especial de Trânsito), instituto jurídico que permite, excepcionalmente, o trânsito de veículos com dimensões ou carga superiores aos limites. O inciso V (excesso de peso) **não prevê** o elemento "sem autorização", pois não há AET para excesso de peso – apenas para dimensões excedentes.

A correspondência literal entre o enunciado e o inciso IV demonstra que a questão foi tecnicamente elaborada com base neste dispositivo específico.

No ordenamento jurídico de trânsito brasileiro, os termos possuem significados distintos:



- **Carga (inciso IV):** Refere-se às **dimensões físicas** da carga transportada (comprimento, largura, altura) que podem exceder os limites permitidos, independentemente do peso. Exemplo: transportar uma viga de 15 metros que excede o comprimento permitido.

- **Peso (inciso V):** Refere-se especificamente à **massa/peso bruto** do veículo, aferido em balanças, com tolerâncias percentuais estabelecidas pelo CONTRAN.

Assim, a questão foi elaborada com **rigor técnico**, utilizando a terminologia do artigo 231, inciso IV do CTB. A presença dos elementos "carga" e "sem autorização" no enunciado direcionam inequivocamente ao gabarito publicado (grave).

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



217 – FISCAL DE POSTURA

QUESTÃO 33

O recurso é improcedente, pois a questão possui como única resposta correta a alternativa “D”, nos termos do artigo 6º, incisos XXVIII, XVII e XLVI, da Lei n.º 14.133/2021.

Ao contrário do alegado pelo recorrente, a proposição I está incorreta, já que ela se refere à definição de estudo preliminar, e não ao anteprojeto, de acordo com o artigo 6º, inciso XX, da referida Lei, vejamos: “*Art. 6º [...] XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*”, assim, é um documento que dá base ao anteprojeto, mas com ele não se confunde.

No mais, a proposição está correta, conforme o artigo 6º, inciso XVII, da referida Lei: “*Art. 6º [...] XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto*”, ou seja, corresponde a transcrição literal do dispositivo legal.

Dessa forma, as proposições II, III e IV estão corretas, de modo que a única alternativa correta é a “C”.

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



221 – SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), a única alternativa que atende ao comando da questão é “D”, porque é a única incorreta, visto que a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas será precedida, **preferencialmente**, por diagnóstico de competências.

Fonte: Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois a CNV propõe quatro componentes para orientar o processo de comunicação, expressos na alternativa “A”. São eles, respectivamente, observação, sentimento, necessidades e pedido.

Fonte: CNV Brasil. <https://www.institutocnvb.com.br/single-post/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-cnv-o-que-%C3%A9-como-praticar>

Ministério Público do Estado do Piauí. Guia prático para a Comunicação não Violenta.

SEBRAE. CER. Comunicação Não Violenta. Entenda o conceito e porque ela é fundamental para a educação.

Escola de Governo do Distrito Federal. Curso Comunicação Não Violenta (CNV) Apostila,

Assim sendo, a questão fica mantida em todos os seus termos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social